



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A PROMOÇÃO DE SABERES NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SERRA TALHADA-PE

Maria Livanias Dantas de Vasconcelos - UFRPE
livania@uast.ufrpe.br

INTRODUÇÃO

Distingue-se no momento atual a necessidade de sensibilizar e conscientizar toda a sociedade, para uma efetividade de ações e mudanças de cunho socioambiental, que possam enfrentar e/ ou mitigar os graves problemas ambientais, que despontam de modo acelerado e destrutivo. Considerando que as relações desarmônicas entre o homem e o meio ambiente, “configura o esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente predador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo” (GUIMARÃES, 2001, p. 51), portanto, diante dessa postura da humanidade, este trabalho enfatiza a importância da Educação Ambiental (EA) para a formação de sujeitos sensibilizados e conscientes, envolvidos com a dimensão do desenvolvimento humano e da sustentabilidade planetária.

Sendo inegável afirmar que a educação é um processo que conduz às mudanças comportamentais e que segundo Freire (1975) é um ato político transformador. Destaca-se neste trabalho a importância da incorporação da EA no processo ensino-aprendizagem, considerando a percepção de enxergar na educação a condução reflexiva, direcionada à liberdade de pensamento, que possibilita o direito à dúvida e à busca contínua de novos aprendizados, impulsionando o motor do conhecimento. De forma coerente, surge, porém, o entendimento sobre a necessidade de se preparar o cidadão para as tendências e tensões sociais e ambientais que despontam de forma ampla e contínua, pois como afirma Pelicioni (2005, p. 140), “educar é prover situações ou experiências que estimulem a expressão potencial do homem e permitam a formação da sua consciência crítica e reflexiva”.

Considerando a dimensão trazida pela Lei 9.795/99, art. 2º, que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional,



devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999), reforça-se a importância do sistema educacional planejar e difundir práticas pedagógicas que contribuam para consolidar os objetivos propostos pelas Políticas Ambientais.

A Educação Ambiental é ampla e difusa, apoia-se numa multiplicidade de considerações participativas e transformadoras com canais abertos para reformulações entre as condições cotidianas de vida e assimilações sobre as questões ambientais. Considerando essa amplitude da EA, este trabalho tem por objetivo observar e identificar, no contexto escolar, a existência e efetividade de práticas voltadas para a introdução e desenvolvimento da Educação Ambiental, em escolas do município de Serra Talhada-PE.

METODOLOGIA

Para obtenção dos dados apresentados, foram realizadas visitas em doze escolas do município de Serra Talhada-PE, contemplando três escolas estaduais, três municipais e três privadas, estas situadas na sede do município (zona urbana), as três restantes, são municipais e estão situadas na zona rural. O delineamento da pesquisa caracterizou-se como estudo de campo, composto de observação participante e de entrevista, que é considerada por Gil (1999) como segura e a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de uma postura atenta e observadora, necessária ao processo investigativo, aponta-se neste trabalho o espaço e a estrutura física, como um dos elementos necessários para compor o conjunto de fatores que favorecem a qualidade do processo educativo. Portanto, analisou-se o conjunto estrutural das unidades escolares, o que permitiu evidenciar, relevantes observações sobre a estrutura física dos ambientes escolares, nos quais os alunos convivem e constroem boa parte dos seus conhecimentos.

Nas escolas estaduais, somam-se um número maior de alunos por sala de aula, e contemplam área e estrutura física razoável, porém percebe-se que os espaços de convivência são pouco arborizados e as escolas visitadas não oferecem



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 à 20 de Setembro de 2014

nenhuma atividade prática, de forma continuada, que possa desenvolver o senso ecológico do alunado.

Quando se analisa a estrutura física das escolas municipais, percebe-se que muito precisa ser feito para agregar educação e bem-estar aos alunos, professores e demais equipe técnica, pois apenas duas das seis unidades escolares visitadas apresentavam estados medianos de conservação, e, na zona rural, as escolas tinham salas pequenas e escuras, com um pequeno número de alunos por série, tendo também turmas com ensino seriado (duas ou mais séries regidas por um mesmo professor, de forma conjunta), sobre esta prática, questionamentos e dúvidas surgem, quanto: a qualidade do ensino, se é a mesma obtida por turmas de série única?; O professor consegue atender aos alunos de forma igualitária, ficam-se lacunas no processo ensino-aprendizagem?; Dentre outras perguntas, as quais não foram possíveis serem respondidas neste trabalho.

Na escola particular, a estrutura física é bem melhor, porém apenas uma escola dispõe de área livre arborizada e com jardins; nas demais, as áreas são concretadas, e os espaços de convivência pouco interagem com a natureza.

Quanto às ações voltadas à Educação Ambiental, apenas uma das escolas estaduais, informou já ter trabalhado a EA como disciplina no currículo escolar, embora ainda de forma incipiente, pois sendo esta, uma prática educativa integradora, contínua, permanente e transversal, convém ser incorporada no cotidiano da escola. Um dos dirigentes, desta escola, citou a necessidade e o interesse de receberem ajuda e de firmarem parceria com outras instituições de ensino, citando como exemplo as universidades e faculdades sediadas no município, a fim de executarem, de modo mais relevante, ações e conteúdos interligados ao meio ambiente.

As escolas privadas citaram que trabalham os assuntos relacionados com a EA nas disciplinas de Ciências e Geografia, tendo já realizado passeios ecológicos e algumas ações para contextualizar assuntos conectados ao meio ambiente. Apenas uma das escolas relatou que tem uma preocupação com o meio ambiente e promove ações entre os alunos de forma integrada.

No âmbito das escolas municipais, pouco se detectou a respeito de trabalho ou de conceitos direcionados à Educação Ambiental, tanto na zona urbana quanto



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 à 20 de Setembro de 2014

na zona rural, fato constatado por observação e informações colhidas durante as visitas realizadas às unidades escolares. Portanto verifica-se que não existe, até o momento, atuação materializada direcione atividades e práticas contínuas que atuem na perspectiva da Educação Ambiental.

Quando abordados, sobre a visualização de modificações na paisagem, 81% (oitenta e um) dos alunos, apontaram que houve mudanças, e 19% (dezenove) afirmaram que não houve mudanças ou que “nada mudou”. Ressalta-se sobre essa pergunta a importância da percepção do aluno perante as transformações que o meio ambiente vem sofrendo diante dos vários aspectos como: queimadas, desmatamentos e até a expansão que vêm ocorrendo na região, neste caso considerando em particular o município de Serra Talhada.

Correlacionando com a resposta dos alunos que identificaram mudanças, perguntou-se de forma direta. O que mudou?, “mais casas e menos zonas rurais, mais progresso em alguns lugares”, “muitas árvores derrubadas e falta de água”, “as árvores estão diminuindo cada vez mais”, “algumas regiões estão mais desmatadas e houve muitas queimadas e os rios estão sumindo”, “as paisagens estão secas, sem vida por causa das queimadas”, “onde tinha muita vegetação, agora há muitas casas”, “mudou o ambiente inteiro porque tem muito lixo jogado por todo lugar”, “as áreas verdes estão sendo desmatadas, e os lugares mais bonitos foram esquecidos”. As respostas se correlacionam, sendo possível, também, notar que muito ainda precisa ser realizado para a construção de uma Educação Ambiental, com conexões entre os sujeitos e o meio ambiente.

Quanto à orientação e forma de execução para os temas considerados transversais, é importante citar que no ano de 2011, nas matrizes curriculares do estado de Pernambuco, os temas relacionados com Educação, Direitos Humanos e Cidadania; Educação Ambiental; História da Cultura Pernambucana, e Educação e Trabalho, que anteriormente constavam da parte diversificada, passaram a ser abordados de forma interdisciplinar no âmbito das áreas de conhecimento, conforme dispõe a Instrução Normativa n.º 02/2011 (PERNAMBUCO, 2011), agregando ao contexto a construção de mediações adequadas para as questões que se evidenciam.



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 à 20 de Setembro de 2014

CONCLUSÃO

Sendo a escola um espaço de promoção ao conhecimento, ressalta-se que, é importante compreender, que o sistema educativo tem um papel fundamental para a formação de sujeitos perceptivos e contextualizados com a realidade e a importância do desenvolvimento humano, social e ambiental. O desafio que se propõem aos educadores na perspectiva de trabalhar a Educação Ambiental é amplo, podendo também ser considerado complexo, a partir da sua transversalidade e interdisciplinaridade. Por fim, percebe-se, a necessidade de formulações de práticas metodológicas educacionais, condizentes com a realidade de cada localidade e o aprofundamento ao debate da importância do trabalho de forma contínua e não só pontual, que direcionem ações ajustadas à construção de saberes, para a formação de cidadãos ecos-responsáveis e legítimos diante desse processo de ajustamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilnei; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Org.). **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-72.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental como processo político. In: ALVES, Alaôr Caffé; PHILIPPI Junior, Arlindo (Org.). **Curso interdisciplinar de direito ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2005.

PERNAMBUCO. Instrução Normativa n.º 02/2011 de 29 de janeiro de 2011. Fixa normas para a implantação das Matrizes Curriculares da Educação Básica no âmbito das escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, a partir do ano letivo de 2011. **Diário Oficial do estado de Pernambuco**, Recife, PE, 29 jan. 2011. Republicação. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/elannialins/instruo-normativa-n-02-2011-republicada-29-jan-matrizes-curriculares>> Acesso em: 10 ago. 2014.